



Brasília, 30 de junho de 2023

AUDIÊNCIA COM O MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Presentes: Camilo Santana, Isolda Cela (Secretária Executiva), Denise (SESU) Gregório Grisa (assessor da Sec. Executiva), Tania Mara (diretora de desenvolvimento da rede das IFES) e Alexandre Vidor (assessor da SETEC).

Presentes pela Fasubra:

A Direção da Fasubra deu início à reunião, no dia 28/6, com a exposição dos principais pontos da pauta dos técnico-administrativos em educação que entende devam ser tratados como pauta específica. Na avaliação de todos os presentes foi uma reunião positiva, visto que saímos com o compromisso e posicionamento do Ministro sobre questões que são importantes para os TAEs. O Ministro fez uma fala sobre as dificuldades enfrentadas no processo de reconstrução do país que o governo está empreendendo, em especial no Ministério da Educação, se justificando assim pela demora em atender as entidades representativas das diversas categorias. Expressou que compreende que os técnico-administrativos sempre enfrentaram mais dificuldades, seja nas universidades, seja nas escolas e propôs que seja construída uma agenda de reuniões com sua equipe técnica, para discussão mais aprofundada de cada ponto de pauta apresentada, já respondendo alguns pontos apresentados.

Detalhando ponto a ponto:

Aperfeiçoamento da carreira - foi colocada a necessidade de valorização dos trabalhadores e trabalhadoras técnico-administrativos em educação, o que deve se dar por dentro da carreira com alocação de recursos. Esta discussão deve ter início imediato na Comissão Nacional de Supervisão da Carreira, que precisa ser reativada, visto que está na lei e não foi respeitada nos governos anteriores, a partir do golpe. Foi colocado também sobre o reposicionamento dos aposentados na carreira. O Ministro fez uma consulta rápida para sua equipe, tendo verificado que seria necessário apenas a edição de uma portaria com a recomposição de seus membros. O Ministro respondeu, prontamente, que a portaria será providenciada nos próximos dias, com a reativação da CNSC.

Concurso público - tratamos sobre a necessidade de recomposição da força de trabalho e abertura de novas vagas em função da expansão das universidades e dos institutos federais e que, para isto, será necessário, com urgência, rever a legislação que proíbe a contratação de trabalhadores para a grande maioria dos cargos nas instituições. Destacamos que todos os cargos são importantes e o processo de terceirização, mesmo em setores como a limpeza, gera problemas para o funcionamento das IES e não é aceitável esta forma precarizada de contratação. A equipe do ministro respondeu que estão atentos para este problema e já em negociação com os ministérios da área econômica, inclusive tratando de cargos quem estão com contratação suspensa.

Revogação: foi colocada a necessidade de revogação de várias normatizações que



prejudicam a carreira e os servidores públicos, entre elas os decretos que proíbem o concurso para o PCCTAE e o decreto 10.620/2021 (que manda os aposentados para o INSS).

Democratização – expusemos a necessidade da revogação da lei que determina o uso de lista tríplice para escolha de reitores e peso antidemocrático entre as categorias que compõem a comunidade universitária. E a necessidade de uma nova lei, nos moldes da lei dos Institutos Federais, que prevê eleição direta com paridade, além da paridade nos conselhos. O Ministro questionou por qual motivo não foi feito como na lei dos Institutos. Respondemos que, à época, houve divergência, em especial com os reitores, mas que precisa ser superada. O Ministro, então, falou que sempre defendeu a paridade e que continua defendendo. Este ponto deverá ser trabalhado na reunião com as equipes do MEC com vistas a uma solução democrática e definitiva.

Liberdade sindical/liberação de dirigentes – apresentamos a necessidade de liberação dos dirigentes sindicais e que isto não fique submetido a entendimentos discricionários de cada instituição, bem como o enfrentamento à criminalização dos movimentos sociais. O Ministro demonstrou apoio e solicitou à equipe que avalie a melhor forma de garantir nosso pleito.

EBSERH – fizemos a exposição da situação e consequências da definição de administração dos HUs pela Ebserh, destacando os problemas entre os trabalhadores por conta dos regimes de trabalho diferenciado, sobre a ênfase apregoada pela EBSEH de trabalhar visando a produtividade e os danos que causados ao objetivo principal dos HUs enquanto hospitais-escolas e que a falta de recursos tão alardeada pelo governo, no momento de implementação da Ebserh e não foi solucionada, fazendo com que os hospitais vivam em estado de penúria, negando, inclusive, atendimento à população por falta de insumos. O Ministro falou que o atual presidente da Ebserh é bastante acessível e que vai convocar, com urgência, uma reunião com a Fasubra, MEC e Ebserh para discutir o tema.

Mesa setorial de negociação – finalmente, o Ministro também sinalizou a instalação da mesa setorial de negociação tão logo sejam finalizados os trâmites da mesa nacional, que será realizado no dia 11/07.

Estes foram os pontos que foram respondidos durante a reunião e esperamos que nas reuniões específicas propostas possamos aprofundar os demais temas e, principalmente, construirmos resoluções para cada um. Para além dos temas citados, também apresentamos a necessidade de retomada do Plano Nacional de Capacitação, da revisão do enquadramento dos aposentados e expressamos nossa opinião contra a reforma do Ensino Médio, lei imposta pelo governo anterior e a necessidade de debatermos, em conjunto, o Plano Nacional de Educação – PNE.

ATO PELO PISO E VALORIZAÇÃO DA ENFERMAGEM

A Fasubra participou, com todos os diretores presentes em Brasília e companheir@s das entidades próximas, do Ato Nacional em Defesa da Enfermagem, na Esplanada dos Ministérios. O ato foi organizado pelo Cofen e pelas entidades sindicais para cobrar a efetivação do piso salarial



da categoria. O ato contou com uma grande participação de profissionais do setor que trabalham no DF, manifestantes de todo Brasil, entre os quais, diversos trabalhadores lotados nos hospitais universitários.

A Fasubra reafirmou no ato sua disposição de luta pela efetivação do piso dos enfermeiros, auxiliares e técnicos de enfermagem que estão no PCCTAE e da categoria como um todo, a maior força de trabalho da saúde brasileira. Manifestamos, também, nossa posição firmada contra qualquer tipo de regulamentação, que venha para reduzir o direito expresso na lei, com pisos estabelecidos.

ENCONTRO COM ORGANIZAÇÕES DO MOVIMENTO NEGRO

A Fasubra participou de encontro convocado pelo Ministério da Igualdade Racial no último dia 23 de junho. O Encontro foi convocado, inicialmente, com caráter nacional, onde o público do DF acompanharia de forma presencial e os demais de forma remota. Como muitas pessoas se inscreveram, o ministério resolveu fazer os encontros de forma regionalizada, sendo que o dia 23 ficou para a Região Centro Oeste.

Estiveram presentes a ministra e seus principais assessores tendo o objetivo de apresentar para os movimentos sociais, a prestação de contas do que foi realizado e das dificuldades encontradas pelo fato de termos passado por um governo que desmontou toda a estrutura do ministério, numa expectativa real do movimento negro estar colaborando, proposta que foi bem recebida pelo movimento. A ministra se comprometeu a reativar o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR com expectativa de edital ainda no mês de julho e de buscar construir, o mais brevemente possível, a Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CONAPIR.

A Fasubra está atenta para buscar participar desses importantes fóruns contribuindo para efetivação do combate ao racismo estrutural que assola o nosso país e o mundo, bem como, na construção de políticas afirmativas e que contribuam para a superação de toda forma de discriminação e preconceito.

“AS COTAS ABREM PORTAS: AÇÕES AFIRMATIVAS, JUSTIÇA RACIAL E DEMOCRACIA NO BRASIL”

No dia 29/06/2023, os membros da DN da FASUBRA estiveram presentes na audiência pública intitulada "As cotas abrem portas: ações afirmativas, justiça racial e democracia no Brasil", que ocorreu no Plenário 1 da Câmara dos Deputados. O evento foi uma iniciativa da deputada federal Dandara Tonantzin (PT-MG), coordenadora da Frente Parlamentar Mista Antirracismo e responsável pela relatoria da revisão da lei de cotas.

Na audiência pública, participaram como palestrantes diversas personalidades e



representantes de organizações relacionadas à temática das cotas e da igualdade racial. Os palestrantes foram: Profa. Nilma Lino Gomes (ex-ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República), Zara Figueiredo (Secretaria da SECADI/Ministério da Educação), Marcia Lima (Ministério da Igualdade Racial), Eliel Benites (Diretor de Departamento de Línguas e Memórias Indígenas do Ministério dos Povos Indígenas), Anna Paula Feminella (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania), Marta Lícia (Diretora do PROIFES Federação e Presidenta APUB-Sindicato Bahia), Carlos Abicalil (ex-deputado federal pelo PT e Mestre em Gestão de Políticas Públicas de Educação), Bruna Brelaz (Presidente da União Nacional dos Estudantes - UNE), Delton Aparecido Felipe (Associação Brasileira dos Pesquisadores Negros - ABPN), Douglas Belchior (UNEAFRO), Givânia Maria da Silva (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - Conaq), Onésio Soares Amaral (Procurador da República - MPF), Profa. Licínia Correa (Profa. Da UFMG e representante do Observatório de Políticas Afirmativas do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis - Fonaprace).

A Lei de Cotas (Lei 12.711/2012) determinou que as universidades e institutos federais reservassem metade de suas vagas para estudantes que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas, com a aplicação de cotas destinadas a negros, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e com recorte de renda. Agora, após dez anos, o texto prevê uma revisão na lei.

O projeto de lei (PL 5384/20) já possui urgência aprovada na Câmara dos Deputados, e a previsão é que seja votado no segundo semestre. Os palestrantes e a deputada ressaltaram algumas prioridades para o aprimoramento da lei, que incluem a regulamentação das bancas de heteroidentificação para verificação da autodeclaração e combate a fraudes, a garantia de prioridade aos cotistas que necessitem de apoio financeiro por meio das políticas de assistência estudantil, a ampliação das cotas para a pós-graduação (mestrado e doutorado) e o aperfeiçoamento da seleção dos cotistas por meio da criação de um modelo único de ingresso pelas cotas, a ser iniciado pela ampla concorrência. Afirmaram que a adoção da política de cotas é uma das maiores conquistas da sociedade brasileira desde a redemocratização, resultado de décadas de discussões, mobilização e luta do povo negro e pobre do país. Aperfeiçoar a lei de cotas continua representando a democratização do acesso à educação superior no Brasil.

Importante lembrar que a FASUBRA foi uma das primeiras entidades sindicais a entrar na luta do combate ao racismo na década 90 com o projeto chamado de “Um olhar Negro na Educação” e na campanha pelas cotas raciais. Em toda a sua história a FASUBRA sempre esteve na luta contra qualquer tipo de discriminação, principalmente no combate ao racismo.

FASUBRA ENCAMPA A LUTA PELA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO!

Em todo o mundo, no mês de junho é celebrado o Dia do Orgulho LGBTQIAPN+. Isto se deu porque em 28 de junho de 1969, num bar chamado Stonewall, em Nova Iorque, aconteceu a chamada Revolta de Stonewall que deu origem ao Dia do Orgulho LGBT e à Parada do Orgulho LGBT. As LGBTs, cansadas de serem maltratadas e presas pela polícia por simplesmente serem



quem são, gritaram “Poder Gay” e se rebelaram contra a polícia. Esse grito ecoou, derrubando diversas leis LGBTfóbicas ao redor do mundo.

Infelizmente, o Brasil continua a liderar o ranking dos países que mais matam LGBTQIs+. Também não existem leis que versam sobre os direitos LGBTQIA+, sendo que as principais conquistas foram decididas pelo Supremo Tribunal Federal. Agora que retomamos nossa democracia e estamos acompanhando a reconstrução das pautas fundamentais, a exemplo do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ que foi reestabelecido, é preciso cobrar do Governo Federal que reafirme o compromisso pela garantia de direitos e o combate ao preconceito e discriminação.

A Fasubra, por meio da Coordenação LGBTQIA+ eleita no XXIV Confasubra, composta por André Nascimento e Luar Santana de Paula, realizou no último dia 28 de junho, uma reunião virtual em referência ao dia do Orgulho LGBT. Foi uma oportunidade para que a base da categoria pudesse compartilhar suas expectativas quanto a atuação da Fasubra junto à comunidade LGBTQIA+ nas IFES. Na reunião, a coordenação destacou que as resoluções propostas no XXIV Confasubra serão apreciadas na próxima Plenária Nacional da Fasubra.

Além disso, no dia 09 de julho, acontece em Brasília a Parada do Orgulho LGBT, a partir das 14h, em frente ao Congresso Nacional. Sendo assim, a Fasubra orienta as entidades de base próximas do DF, que enviem representantes para participar e fortalecer a manifestação por igualdade de direitos. Assim como, que todas as entidades filiadas se integrem e participem efetivamente das Paradas que estão sendo realizadas em todo o país.

A FASUBRA sendo um lugar de luta, reafirma seu papel histórico contra a LGBTfobia e todos os tipos de discriminação!

FRENTE PARLAMENTAR MISTA ANTIRRACISMO

A direção da FASUBRA esteve presente, dia 30/06, no Senado, participando da audiência pública interativa - “Equidade racial na educação básica brasileira: Financiamento, Lei 10.639/2003 e avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). A audiência foi organizada pela Frente Parlamentar Mista Antirracismo (FPMA), com a finalidade de promover debates e atuar em proposições legislativas que busquem efetivar a igualdade racial, contando com a participação de diversos segmentos da sociedade. A mesa foi composta pela coordenadora-geral de Formação Continuada para as Relações Étnico-Raciais e Quilombola do Ministério da Educação (MEC), Adriana de Cássia Moreira; pelo coordenador da Frente Parlamentar Mista Antirracismo no Senado Federal, Senador Paulo Paim (PT-RS) e pela doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Gessiane Ambrósio Nazário Peres.

CALENDÁRIO



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico- administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

JULHO

5 e 6	Reunião da Coordenação Nacional e Regional dos Vigilantes - Horário: de 9 às 18 horas – Local: Auditório Antônio Rodrigues do SINTFUB na UNB
8	Dia Nacional da Ciência
9	Parada LGTQIAP+ em Brasília-DF
13 e 14	Reunião da Direção Nacional
15 e 16	Plenária da FASUBRA
25	Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha
27	Dia Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho
30	Dia Mundial de Combate ao Tráfico de Pessoas

AGOSTO

15 e 16	Acampamento e Marcha das Margaridas
---------	-------------------------------------